



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Controladoria-Geral do Distrito Federal
Subsecretaria de Controle Interno

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 11/2015 – DIROH/CONIE/SUBCI/CGDF

Unidade : Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS.
Processo : 116.000.003/2015.
Assunto : Exame de Prestação de Contas Anual.
Exercício : 2014.

Senhor Diretor,

Apresentamos os resultados dos trabalhos de auditoria de conformidade com a finalidade de examinar a Prestação de Contas Anual da CEBGÁS, nos termos da determinação do Senhor Controlador-Geral do Distrito Federal, conforme a Ordem de Serviço nº 154/2015-SUBCI/CGDF, de 18/06/2015.

I – ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Companhia, no período de 19/06 a 8/07/2015, objetivando verificar a conformidade das contas da Unidade, com base na documentação solicitada. Desse modo, a auditoria foi realizada por amostragem dos fatos ocorridos durante o exercício de 2014 sobre as gestões patrimoniais, orçamentária, contábil, financeira, de material e de pessoas, com o objetivo de emitir opinião sobre os atos de gestão dos responsáveis pela Unidade.

Nenhuma restrição nos foi imposta quanto ao método ou à extensão dos nossos trabalhos. O programa de trabalho de auditoria e os respectivos procedimentos foram aplicados de acordo com a natureza das atividades da entidade auditada, e abrangeram as demonstrações contábeis, os controles nas áreas de contratos, operacional, de pessoas, de patrimônio e demais demonstrações financeiras.

A Companhia Brasiliense de Gás – CEBGÁS, criada com a autorização concebida pela Lei Distrital nº 2.518, de 10/01/2000, é uma Sociedade de Economia Mista controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, constituída em forma de Sociedade Anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/76 e demais dispositivos legais e regulamentares que lhe são aplicáveis.

O objetivo social da empresa é a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado. O prazo de concessão é de 30 anos, a contar de 10/01/2000, podendo ser prorrogado por igual período. O monopólio de gás natural é da União segundo consta o art. 177, inciso I, da Constituição Federal de 1988,



cabendo aos Estados e ao Distrito Federal a exploração diretamente, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado, conforme art. 25, § 2º, da Carta Magna de 1988.

II – EXAME DAS PEÇAS PROCESSUAIS

O processo de Prestação de Contas do exercício de 2014 está constituído das peças básicas a que se refere o art. 147 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RI/TCDF, aprovado pela Resolução nº 38 do TCDF.

III – ANÁLISE DA GESTÃO

A seguir serão expostos os resultados das análises realizadas na gestão da Unidade, conforme documentações que deram origem aos lançamentos dos atos e fatos e registros constantes do processo em referência.

1 – GESTÃO CONTÁBIL

Esta análise tem por finalidade verificar se a Unidade procedeu aos registros contábeis em conformidade com as normas específicas e as estabelecidas para a execução orçamentária e financeira, bem como se a escrituração contábil e as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei das Sociedades Anônimas, Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores Lei nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelas interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados como normas brasileiras de contabilidade por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em consonância com as práticas adotadas pelo seu sócio controlador, que é uma Companhia Aberta, também são aplicadas as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e orientações emanadas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON.

1.1 CAPITAL SOCIAL

Conforme o Estatuto Social, Balanço Patrimonial e o Balancete Contábil em 31/12/2014, o Capital Social subscrito e integralizado da CEBGÁS era de R\$ 10.021.000,00, na forma demonstrada:

Acionistas	Capital Social - Em R\$ 1.000,00			Total
	Subscrito	% de participação	Integralizado	
CEB Holding	867	51	836	1.703
Termogás	2.601	28	2.510	5.111
Petrobras Gás	1.632	21	1.575	3.207
Total	5.100	100	4.921	10.021

O Capital Social da CEBGÁS estava composto em 31/12/2014 por 60.000 Ações Ordinárias e 120.000 Ações Preferenciais, totalizando em 180.000. Ressaltamos que conforme as demonstrações contábeis/financeiras analisadas, a composição acionária da Companhia não sofreu alterações durante o exercício de 2014, distribuídas da seguinte forma:



Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total das Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	% de participação
CEB Holding	30.600	51	-	-	30.600	51
Termogás	16.800	28	75.000	63	91.800	91
Petrobras Gás	12.600	21	45.000	37	57.600	58
Total das Ações	60.000	100	120.000	100	180.000	

1.2 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL – Em R\$ 1.000,00

Descrição Contábil	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Lucro/Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2011	5.100	(629)	4.471	(2.038)	2.433
Prejuízo do exercício	-	-	-	(437)	(437)
Saldo em 31/12/2012	5.100	(629)	4.471	(2.475)	1.996
Integralização de capital	-	450	450	-	450
Prejuízo do exercício	-	-	-	(541)	(541)
Saldo em 31/12/2013	5.100	(179)	4.921	(3.016)	1.905
Prejuízo do exercício	-	-	-	(519)	(519)
Saldo em 31/12/2014	5.100	(179)	4.921	(3.535)	1.386

Podemos constatar, por meio do demonstrativo das mutações do patrimônio líquido, que no exercício findo em 31/12/2013 os acionistas integralizaram R\$ 450 mil, sem a emissão de novas ações. Durante o exercício de 2014 não houve nova integralização de capital dos acionistas.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, acima demonstrados, são referentes aos ativos e passivos da Companhia, sendo equivalentes os valores de 31/12/2014 com os de 2013, aproximadamente, bem como os seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

Constatamos, também, que a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos de 2014 e 2013.

O Relatório Anual da Administração – 2014 foi publicado no DODF nº 62, de 30/03/2015, fls. 36 a 40, juntamente com as demonstrações contábeis e financeiras das operações realizadas no exercício, acompanhadas das devidas notas explicativas, conforme determina a legislação em vigor.

Diante do acima exposto, e tendo em vista que a CEBGÁS é uma sociedade por ações de Economia Mista, apesar de não ser exigência do Tribunal de Contas do Distrito Federal, entende-se relevante analisar a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia por meio dos seguintes indicadores econômicos, aliás, as CEB's, deveriam incluir em seus relatórios de prestação de contas anual essa análise.



1.3 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, ECONÔMICA E PATRIMONIAL DA COMPANHIA.

A análise dos resultados por meio de indicadores econômico-financeiros mostra a situação em que se encontra uma empresa para o bom desenvolvimento de suas atividades.

A verificação dos resultados foi baseada na apuração dos principais índices obtidos a partir dos valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, no tocante aos aspectos financeiros, econômicos e patrimoniais, a seguir demonstrada no Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2014 em comparação ao de 2013:

1.3.1 – ANÁLISE FINANCEIRA.

A situação financeira é evidenciada pelos Quocientes de Estrutura de Capitais e de Liquidez, que servem para evidenciar o grau de endividamento da empresa em decorrência das origens dos capitais investidos no patrimônio, demonstrando a proporção existente entre os capitais próprios e os capitais de terceiros em circulação na Companhia.

a) Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{484}{276} = 1,754 \text{ ou } 175,362\%$$

Do montante das obrigações para curto prazo, a Companhia estava em condição de pagar em 31/12/2014 o percentual de 175,362%, isto é, para cada R\$ 1,00 de dívida, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 1,754 disponível para pagamento. Em 31/12/2013, a disponibilidade para pagamento imediato era de R\$ 2,460 para cada R\$ 1,00 de dívida. Quanto maior for esse quociente, melhor para a empresa.

b) Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{660}{276} = 2,391 \text{ ou } 239,130\%$$

A condição financeira da Companhia, em 31/12/2014, para liquidar suas obrigações a curto prazo, indicando que para cada R\$ 1,00 de dívida no Passivo Circulante, a Empresa tinha R\$ 2,391 com possibilidade de transformação em moeda no Ativo Circulante. Em 31/12/2013, essa possibilidade era de R\$ 3,019 para cada R\$ 1,00 de dívida.

c) Liquidez Geral

$$\frac{\text{Ativo Cir.} + \text{Ativo Real. a LP}}{\text{Passivo Cir.} + \text{Passivo Exig. a LP}} = \frac{1.662}{276} = 6,022 \text{ ou } 602,173\%$$

Para saldar a dívida total, a Companhia possuía em 31/12/2014 o percentual de 602,173% de bens e direitos que poderiam ser transformados em moeda, isto é, para cada R\$ 1,00 de dívida a Companhia tinha R\$ 6,022 em condição de conversão em moeda para realização de pagamento. Em 31/12/2013, a possibilidade de transformação de bens e direitos



em moeda era de R\$ 7,009 para cada R\$ 1,00 de dívida. Quanto maior esse quociente, melhor para a empresa.

d) Composição do Endividamento

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Pas. Circ.} + \text{Pas. Exig. a LP}} = \frac{276}{276} = 1,00 \text{ ou } 100\%$$

Este quociente revela qual a proporção existente entre as obrigações de curto prazo e as obrigações totais. A interpretação deste quociente deverá ser direcionada a verificar a necessidade da empresa de ter ou não de gerar recursos á curto prazo para saldar seus compromissos. Quanto menor for este quociente, melhor para a empresa.

1.3.2 – SITUAÇÃO ECONÔMICA

No aspecto econômico é analisado pelos Quocientes de Rentabilidade, que servem para medir a capacidade econômica da empresa, demonstrando o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido na empresa.

a) Retorno de Capital Próprio/Rentabilidade do Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \frac{(519)}{1.386} = (0,374) \text{ ou } (37,446\%)$$

Revela que para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio (Patrimônio Líquido) investido, a Empresa teve prejuízo de R\$ 0,374 no exercício de 2014. No exercício de 2013, o prejuízo foi de R\$ 0,284 para cada R\$ 1,00 investido. Quanto maior for esse quociente, melhor para a empresa e maior será o grau de lucratividade apurado em relação ao capital próprio investido. Situação inversa, pois conforme quociente de rentabilidade a Companhia apurou prejuízo nos exercícios analisados.

b) Rentabilidade do Ativo/Giro do Ativo

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} = \frac{(519)}{1.662} = (0,312) \text{ ou } (31,227\%)$$

Demonstra que para cada R\$ 1,00 dos recursos totais aplicados, a Companhia teve prejuízo de R\$ 0,312 no exercício de 2014. No exercício de 2013 o prejuízo apurado foi de R\$ 0,243 para cada R\$ 1,00 aplicado. Quanto maior for esse quociente, melhor para a empresa e maior será a lucratividade obtida em relação aos investimentos. Situação inversa, pois conforme quociente de rentabilidade do ativo a Companhia apurou prejuízo nos exercícios analisados.

c) Margem Líquida

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} = \frac{(519)}{3.629} = (0,143) \text{ ou } (14,301\%)$$

Demonstra a margem de lucratividade obtida pela empresa em função do seu faturamento, o quanto a empresa obteve de lucro para cada real de receita de venda de gás. Quanto maior for esse quociente, melhor será para a empresa e maiores serão os lucros



obtidos em relação aos seus investimentos. No exercício de 2014, o prejuízo foi de R\$ 0,143 para cada real aplicado. Em 2013, o prejuízo foi de R\$ 0,123. Situação inversa, pois conforme quociente de margem de lucratividade a Companhia apurou prejuízo nos exercícios analisados.

1.3.3 – SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Quanto ao aspecto patrimonial, o foco foi a significância da participação de capitais de terceiros, também em relação às imobilizações da Empresa. A seguir apresentamos de forma sintetizada a apuração dos principais índices alusivos aos aspectos patrimonial da Companhia.

a) Garantia de Capital de Terceiros/Participação de Capital de Terceiros

$$\frac{\text{Pas. Circ.} + \text{Pas. Não Circ. (PELP)}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \frac{276}{1.386} = 0,199 \text{ ou } 19,913\%$$

A interpretação deste quociente deverá ser direcionada a medir o grau de endividamento da empresa em relação ao seu patrimônio, quanto menor este quociente, melhor para a empresa.

Em 31/12/2014, para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio (Patrimônio Líquido) investido, a Companhia possuía R\$ 0,199 de Capital de Terceiros (Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo). Em 31/12/2013, para cada R\$ 1,00 investido a empresa possuía R\$ 0,166 de Capital de Terceiros.

b) Imobilização de Recursos Próprios/Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} = \frac{978}{1.386} = 0,706 \text{ ou } 70,563\%$$

Em 31/12/2014, para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio (Patrimônio Líquido), a Companhia tinha aplicado R\$ 0,706 no Ativo Fixo (Ativo não Circulante). Em 31/12/2013, para cada R\$ 1,00 de Capital Próprio, a CEBGAS tinha aplicado R\$ 0,656 no Ativo Permanente. Quanto menor for este quociente, melhor para a empresa.

1.3.4 – ANÁLISE COMPLEMENTAR DOS RESULTADOS ACIMA DEMONSTRADOS PELOS INDICADORES ECONÔMICOS

Conforme as interpretações emitidas por meio dos indicadores econômico-financeiros, onde ficou evidente que a SITUAÇÃO ECONÔMICA da CEBGAS está deficitária e tendo em vista a apuração de um prejuízo acumulado em torno de R\$ 3.535 mil, desde que iniciou a operação em 2007 até 31/12/2014, A seguir relacionaremos algumas situações que devemos considerar para que possamos melhor entender o crescimento inexpressivo do patrimônio da Companhia desde a sua criação, resultando em um crescente prejuízo demonstrado nas tabelas anterior e pelos indicadores econômicos:

- a) Atualmente a CEBGÁS atua somente no mercado veicular, onde o gás natural é transportado de Paulínia-SP para Brasília-DF através da conversão do



estado gasoso para líquido, transportados em carretas apropriadas para este tipo de carga e depositados em recipientes apropriados, ainda no estado líquido, para posterior conversão novamente em gás e sua distribuição ao cliente final. Este processo possui um alto custo, o que acaba tornando menos competitivo em relação a outros combustíveis concorrentes, principalmente devido ao fato da Companhia ainda não ter iniciado suas operações similares à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil.

b) Também referenciamos que para sua operação ser similar à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal, por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Ressaltamos que as demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso de não conseguir tornar suas atividades similares e competitivas no Distrito Federal à de outras empresas Distribuidoras de Gás Canalizado no Brasil.

c) Entendemos que a questão da competitividade no mercado de gás iniciaria pela criação de um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia até Brasília, mas tal investimento depende de interesses de terceiros, privados e públicos. Fato que acarreta risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo, sendo que hoje esta necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas, fato que reflete diretamente no resultado deficitário apontado nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Ainda, os segmentos de fornecimento de gás canalizado para residências, comércios, indústrias e cogeração ainda não foram explorados pela companhia em razão da necessidade de desenvolver um processo logístico de suprimento da matéria-prima, pois na forma como se encontra o mercado atualmente os combustíveis concorrentes para estes consumidores apresentam preços finais inferiores ao ofertado pela CEBGAS. Podemos considerar que um dos pontos crítico para competitividade do gás natural no mercado consumidor do Distrito Federal está relacionado à logística de seu transporte, via transporte rodoviário, quando o ideal seria por via gasodutos. Ressaltamos que a concessão legal para atuar na distribuição de gás combustível canalizado em todo o Distrito Federal, compra e venda, está contida na Lei Federal nº 2.518, de 10/01/2000.

Em diálogos com os gestores da Companhia, sobre os resultados negativos indicados por meio dos índices econômicos acima relacionados, a CEBGAS enfocou várias justificativas e procedimentos, dentre as quais faremos as seguintes considerações:

a) Primeiramente, enfoca que para reverter a atual situação econômica em que a CEBGÁS se encontra é necessário que o Governo do Distrito Federal desonere o custo de aquisição do gás natural liquefeito – GNL, incentivos fiscais, como por exemplo, redução da base de cálculo do ICMS e



financiamento pelo Banco de Brasília - BRB para a aquisição do kit do gás natural a ser implantando em taxis e ônibus.

b) Também menciona um plano de negócios 2013 – 2016, como desdobramento do cenário apresentado, que definiu como objetivo de mercado alcançar o volume de vendas de 50.000 m³ por dia ao final de 2015, cujas metas estão desdobradas em ações por segmento e pretendem alcançar os volumes abaixo relacionados, apesar de até data de 30/06/2015 não terem alcançados êxitos nem público e privado para tais empreendimentos:

- Segmento veicular: 24.000 m³ por dia
- Segmento residencial: 3.000 m³ por dia
- Segmento comercial: 500 m³ por dia
- Segmento industrial: 22.000 m³ por dia

c) Previsão de implantar projetos de distribuição de gás tendo como base o armazenamento sob a forma de gás natural liquefeito. Desta forma, está prevista a instalação de pelo menos 5 (cinco) estações de distribuição de gás natural em áreas públicas (2 em 2013 e 3 em 2014). Objetivando a minimização do prejuízo acumulado, é ajustar a tarifa de vendas a valores competitivos de mercado. Também até a presente data, 30/06/2015, não foi possível dar início na execução do projeto.

2 – GESTÃO PATRIMONIAL

Em atendimento ao § 1º do art. 148 - Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Resolução n.º 038-TCDF, de 30/10/1990, a CEBGAS anexou, às fls. 166, cópia da Portaria n.º 004/2014-PR, de 4/12/2014, constituindo Comissão designada a proceder ao levantamento e inventário patrimonial dos bens móveis da Companhia, visto não possuir bens imóveis.

A Comissão, a apresentou relatório final e conclusivo, às fls. 174 a 176, bem como anexou às fls. 177 e 178, Declaração de que o levantamento implicou na averiguação, “*in loco*”, dos bens móveis de propriedade da Companhia, também declarou que não possui bens imóveis registrados em seu patrimônio, que após serem analisados concluímos que está em consonância com o art. 148 – RI-TCDF, aprovado pela Resolução n.º 038/90.

O presente processo de prestação de contas anual, exercício de 2014, às fls. 167 a 173, apresenta relação de bens móveis com a descrição: registro patrimonial, descrição analítica do bem, marca, número da Nota Fiscal, data e valor da aquisição, lotação e situação do bem.

A Comissão, em seu relatório conclusivo, relacionou e referenciou a totalidade dos bens pertencentes à Empresa. Realizamos a conciliação do relatório com os registros do Balanço Patrimonial e o Balancete Analítico, Conta Contábil 15209011 – Imobilizado em



Serviço no valor de R\$ 197.064,17, referentes aos registros de 206 bens móveis, excluído as depreciação/amortização:

Em R\$			
DESCRIÇÃO DA CONTA	CUSTO DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
1.5.2.09.01.1.007.002 – Móveis e utensílios	63.683,98	63.683,98	0,00
1.5.2.09.01.1.007.006 – Máquinas e equipamentos.	12.896,28	12.896,28	0,00
1.5.2.09.01.1.007.007 – Equipamentos de informática	73.677,43	66.346,78	7.330,65
1.5.2.09.01.1.007.008 – Instalações	30.048,48	30.048,48	0,00
1.5.2.09.01.1.008 – Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.758,00	16.563,35	194,65
Saldo em 31/12/2014	197.064,17	189.538,87	7.525,30

Ressaltamos que conferimos toda a relação dos ativos com os registros do Razão Contábil, onde constatamos que os ativos foram demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação/amortização acumulada; se as depreciações foram calculadas na forma da legislação, a taxas anuais de 10% para Maquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Instalações, Benfeitorias em imóveis de terceiros e de 20% para Equipamentos de informática. Ainda, que os valores contabilizados, que compõem o saldo contábil constantes do Balanço Patrimonial estão de acordo com as demais demonstrações e foram registrados conforme determina a Lei das Sociedades Anônimas e com as Normas Internacionais e Brasileira de Contabilidade.

3 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual - Estimou a Receita e fixou a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 2014, aprovou para a CEBGAS, orçamento de Dispêndio e Investimento, dotação orçamentária inicial de R\$ 15.310.264,00. No decorrer do exercício a Companhia executou despesas no valor de R\$ 3.282.640,43, da despesa autorizada, conforme tabela seguinte:

Dotação Inicial	15.310.264,00
Alteração	0,00
Despesa Autorizada	15.310.264,00
Despesa Empenhada e Liquidada	3.282.640,43
Disponibilidade (31/12/2014)	12.027.623,57



A execução por programa de trabalho e por tipo de orçamento da CEBGAS, conforme demonstradas no relatório “Consulta de Execução Estatal”, extraído do SIGGO, tiveram os seguintes percentuais de realização:

Orçamento de Dispendio – Em R\$ 1,00				
Funcional Programática	Dotação Inicial	Despesa		% de realização
		Autorizada	Realizada	
25.122.6004.8502.8771 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – CEBGAS	501.511	501.511	192.655	38,41
25.122.6004.8504.9588 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES – CEBGAS	60.000	60.000	-	-
25.122.6004.8517.9695 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS – CEBGAS	636.800	636.800	299.191	46,98
25.126.6004.2557.2633 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CEBGAS	60.000	60.000	-	-
25.131.6004.8505.8714 – PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL – CEBGAS	80.000	80.000	315	0,39
25.753.6209.2397.0001 – AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA O DF.	12.863.953	12.863.953	2.790.478	21,69
28.846.0001.9050.7062 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES – CEBGAS.	48.000	48.000	-	-
Subtotal	14.250.264	14.250.264	3.282.640	23,03

Orçamento de Investimento – Em R\$ 1,00				
25.126.6004.1471.2546 – MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO – CEBGAS.	60.000	60.000	-	-
25.752.6209.1768.0001 – IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS – CEBGAS.	500.000	500.00	-	-
25.753.6209.7046.0001 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE GÁS.	500.000	500.000	-	-
Subtotal	1.060.000	1.060.000	-	-
Total Geral	15.310.264	15.310.264	3.282.640	21,44

Constata-se que todos os Programas de Trabalhos aprovados pela Lei Orçamentária Anual – LOA teve despesas autorizadas sem alterações orçamentárias, demonstrando percentual de execução da ordem de 21,44% do total das despesas autorizadas para o exercício de 2014. O orçamento de dispêndios realizou R\$ 3.282.640,00, representando percentual de execução de 23,03%, sendo que dos recursos liquidados pela Companhia os dispêndios que alcançaram maior percentual de execução foram os Programas de Trabalho para Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, com percentual de realização de 46,98%; Administração de Pessoal com 38,41%; Aquisição de gás natural para o Distrito Federal em 21,69% e 0,39% com Publicidade e Propaganda Institucional. Os demais



programas, inclusive para investimentos, não alcançaram percentual de realização mesmo tendo despesas autorizadas da ordem de R\$ 1.060.000,00.

3.2 – EXECUÇÃO DA RECEITA

A Companhia estimou previsão inicial de receitas em R\$ 15.310.264,04, tendo arrecadado R\$ 4.607.594,36, proveniente da venda de Gás Natural Veicular – GNV, correspondente a uma arrecadação de 30,09% do montante previsto inicialmente, resultando em um Prejuízo no Exercício em torno de R\$ 519.112,30, conforme balancete contábil:

Detalhamento da Receita e Despesa	Receita	
	Prevista	Arrecadada
Venda de GNV	14.250.264,04	4.607.594,36
Total das Deduções sobre a receita		(979.113,78)
PIS		76.025,28
COFINS		350.177,18
ICMS		552.911,32
Receita líquida		3.628.480,58
Custos Operacionais/Serviços Prestados		(3.334.887,82)
Lucro bruto		294.000,00
Despesas Operacionais		(862.979,28)
Prejuízo Operacional		(568.979,28)
Receita sobre Aplicação Financeira		49.866,98
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO - 2014		(519.112,30)

Assim sendo, a Auditoria Independente transcreveu no parágrafo de ênfase consignado em seu Relatório relativamente às Demonstrações Contábeis/Financeiras de 2014, onde destaca que atualmente a operação da Companhia é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Fato e situação que onera o custo de aquisição do gás natural liquefeito – GNL. Demonstrando um prejuízo acumulado, desde sua formação em R\$ 3.015.956,73.

Por fim, relata que enquanto o Distrito Federal não for abastecido definitivamente por um gasoduto, é fundamental, nessa primeira fase em que o gás natural chegue na forma liquefeita, portanto, bastante onerado. Para reverter a situação em que a CEBGAS se encontra, é necessário que o Governo do Distrito Federal desonere o custo de aquisição do gás natural liquefeito – GNL, através de incentivos fiscais. Fatos que demonstra que a Companhia continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido através de aporte de capital por parte de seus acionistas ou de recursos de terceiros.

**4 – GESTÃO FINANCEIRA****4.1 – CONTRATOS E MODALIDADES DE LICITAÇÕES.**

Com o objetivo de verificar a legalidade dos atos praticados desde o início do procedimento licitatório até a realização do objeto contratado, com vistas a avaliar a eficiência da gestão financeira e administrativa, dentro dos princípios norteados pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, solicitamos a Companhia a relação dos contratos encerrados em 2014 e os vigentes – Processos Administrativos e respectivos pagamentos. Em resposta, nos foi fornecido uma listagem com 11 processos, dos quais, analisamos todos na íntegra, conforme discriminados abaixo:

Empresa Contratada	PROCESSO		CONTRATO-DAF/CEBGAS			
	Nº	Forma de contratação	Nº	Prazo de vigência	Valor (R\$)	Objeto da contratação
Deloitte Auditores Independentes	116.000.007/2014	Art. 24, II, § único	1/2014, fls. 101 a 103	19/12/14 a 30/03/15	15.950,00	Auditoria Independente
FACEB	116.000.007/2012	Art. 24, X	1/2012, fls. 76 a 81	14/08/12 a 15/08/17	47.880,00	Aluguel da sede da Cia
GNL Gemini – GASLOCAL	116.000.008/2006 116.000.010/2006	Art. 22, III	1 e 2/2007, fls. 49 a 100	3/07/07 a 31/07/19	125.107.200,00	Fornecedor de gás natural liquefeito - GNL aos Postos SIA, Guarapari e Colorado
Prosper Associados	116.000.010/2013	Art. 24, II, § único	1/2013, fls. 31 a 34	1/11/13 a 31/10/14	3.600,00	Prestação de Serviços de manutenção mensal do Portal de informática
CIEE – Convênio	116.000.012/2012	Art. 25	1/2012, fls. 78 a 82	12/12/14 a 11/12/16	2.874,00	Bolsa para estagiários
Souto Maior Contadores Associados	116.000.007/2013	Art. 22, III, § 3º	3/2013, fls. 156 a 165	5/12/13 a 4/12/14	65.700,00	Serviços contábeis, tributários e de administração de pessoal
	116.000.008/2014		1/2014, fls. 133 a 142	5/12/14 a 4/12/15	71.640,00	
DINÂMICA Serviços Gerais	116.000.010/2012	Art. 22, III, § 3º	1/2013, fls. 204 a 210	14/03/14 a 13/03/15	40.258,20	Serviços Auxiliares Administrativo e Financeiro
	116.000.006/2013		2/2013, fls. 152 a 158	24/09/14 a 23/09/15	28.770,73	Serviços de limpeza e conservação
BRB Seguradora	116.000.012/2013	Art. 24, II, § único	Projeto Básico e Apólice, fls. 31 a 39	17/12/13 a 17/12/14	1.118,96	Seguro-Empresa
	116.000.011/2014		Projeto Básico e Apólice, fls. 30 a 34	17/12/14 a 17/12/15	992,40	

Também, observamos nos autos dos processos administrativos a existência na execução dos fornecimentos de equipamentos, materiais e serviços por parte das contratadas, a presença de Nota Fiscal, das certidões de regularidade com o INSS, FGTS e a Certidão Negativa de Inscrição de Dívida Ativa distrital e da União, de acordo com o art. 195, § 3º, da Constituição Federal e art. 193, do Código Tributário Nacional vigente.



5 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Consta às fls. 162 e 163 do processo em referência, Prestação de Contas Anual, exercício 2014, parecer emitido em 21/01/2015 pela empresa Deloitte Brasil Auditores Independentes, onde expressa opinião “que compreenderam o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasiliense de Gás - CEBGAS em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

6 – DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CEBGAS, em sua 55ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18/03/2015, fls. 156, informa que “examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer emitido pelos Auditores Independentes e a ata da reunião do Conselho Fiscal, não apresentando ressalvas às demonstrações ou apresentadas, respectivamente, tudo relativo ao exercício findo em 31/12/2014 e, decide manifestar-se favorável à matéria, recomendando o encaminhamento do sobredito relatório e demonstrações financeiras, com o Parecer favorável do Conselho Fiscal, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas.”

7 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Consta às fls. 160 e 161, do processo em referência, parecer do Conselho Fiscal sobre a prestação de contas do exercício de 2014 nos seguintes termos:

[...], não tendo sido apurada nenhuma irregularidade em relação ao desempenho das atribuições dos administradores ou perante os cofres da Companhia. Com base nos exames efetuados e à vista da opinião favorável da Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda., datado de 21 de janeiro de 2015, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das matérias a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas CEBGAS.
[...].

IV – CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados, não identificamos evidências que requeiram recomendação, sendo encaminhada a prestação de contas anual da CEBGAS, relativa ao exercício de 2014, para certificação.

Brasília, de setembro de 2015.

CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL